

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ – SP

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Jundiaí/SP, realizada no dia 15 de setembro de dois mil e vinte e dois às 9h00, através da ferramenta de reuniões a distância "Google Meet" pelo link: <https://meet.google.com/rzm-yhfm-sxn?authuser=0&hs=122>. Foram consideradas como presença na reunião os Conselheiros que participaram da videoconferência, concordando com as deliberações propostas, conforme registro de imagens das telas no livro de presença nº 04 de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls.51 frente até fls. 53 frente, que assinam posteriormente esta ata. Justificaram a ausência os Conselheiros; Adriana Rossi da Costa Caetano - Suplente; Andressa Carolina de Souza - Titular; Tânia Regina Felix - Suplente. Maria de Fátima da Silva - Titular. Participaram da reunião como ouvintes: Doroti Pavan - Lar Creche Wilson de Oliveira; Maria Angélica Santos - CESPROM; Andre Mota Iassia - UGADS; Gerlânia Maria da Silva - UGADS; Tânia Maria de Freitas Beckman - UGADS; Cleunice Guedes - CT; Renata Bonafin Stoqui - Diretora da Proteção Social Básica/UGADS; Serviço no Domicílio; Rafaela - CTNSA; Kadiny Alana do Nascimento - UGADS; Clara Cerione Canelatto - UGADS; Cristiane Vieira Gozzo - UGADS; Roseli Aparecida Marino - ESPRO. A reunião foi iniciada pelo Presidente do CMAS Rodrigo Pierobon Rodrigues desejando bom dia e agradecendo a presença de todos, posteriormente leu a pauta da reunião enviada para os Conselheiros por e-mail e pelo grupo de WhatsApp: **01 – Deliberações: 1.1 - Aprovar as atas das: reunião ordinária do dia 18 de agosto de 2022 e reunião extraordinária do dia 30 de agosto de 2022. 1.2 – Deliberar Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre. 1.3 - Deliberar o Orçamento do ano de 2023. 1.4 - Aprovar o recebimento do recurso de R\$ 200.000,00 do Ministério da Cidadania para execução do Programa Alimenta Brasil na modalidade compra com doação simultânea. 02 - Apresentação da Empresa e o Plano de trabalho que irão desenvolver , serviço tipificado: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e Idosos. 03 - Informações sobre a adesão do Município ao Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares( LUPPA). 04 – Informes Gerais.** O Senhor Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues solicita alteração da pauta, depois da aprovação das atas iniciar pelo item 02: **Apresentação da Empresa e o Plano de trabalho que irão desenvolver , serviço tipificado: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para**

**peçoas com deficiência e Idosos**, solicitação aceita. Seguindo para o item de pauta 01 – **Deliberações: 1.1 - Aprovar as atas das: reunião ordinária do dia 18 de agosto de 2022 e reunião extraordinária do dia 30 de agosto de 2022**. O Sr. Rodrigo Pierobon Rodrigues Presidente do CMAS, explica que as atas foram encaminhadas junto com a pauta por e-mail para conhecimento e leitura, sendo assim questionados os conselheiros participantes sobre a leitura e se tinham algum apontamento de oposição as atas, não tendo nenhuma manifestação em contrário as mesmas foram aprovadas por todos os conselheiros participantes da reunião com direito a voto. Passando para o **item da pauta 02 - Apresentação da Empresa e o Plano de trabalho que irão desenvolver , serviço tipificado: Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para peçoas com deficiência e Idosos**. A Diretora de Proteção Social Básica Renata Bonafin Stoqui , se apresenta: Sou servidora e há nove anos está nas unidades, tem experiência de 7 anos na alta complexidade, na Casa Sol ficou por dois anos e meio, e assumiu recentemente a Diretoria e recebeu o contrato da empresa para iniciar a execução do serviço. É um serviço que começou dia primeiro de setembro, estamos organizando este serviço produzindo instrumentos, organizando os fluxos, eles estão alojados em sala do CRAS Central. E ontem Inclusive, realizou-se uma primeira visita domiciliar. Daqui alguns meses voltamos para apresentar como esse serviço está caminhando . Coloca que fez uma apresentação, como segue.



<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);</li><li>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li><li>3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</li></ol>
-------------------------------	--



(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014)

## Descrição e Objetivos Gerais

- O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, desenvolvimento de mecanismos para inclusão social, equiparação de oportunidades, participação e desenvolvimento da autonomia, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento.

## Descrição e Objetivos Gerais

- Desenvolve ações de fortalecimento no núcleo familiar, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.
- Deve contribuir com a promoção do acesso aos SCFV, a toda rede socioassistencial e aos serviços de outras políticas públicas como educação, trabalho, saúde.

## Descrição e Objetivos Gerais

- Desenvolve ações de fortalecimento no núcleo familiar, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.
- Deve contribuir com a promoção do acesso aos SCFV, a toda rede socioassistencial e aos serviços de outras políticas públicas como educação, trabalho, saúde.



## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

### Usuários

- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial:

- Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- Membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Usuários com renda per capita de até um salário mínimo.


# Formas de Acesso

**UGADS**  
Proteção Social Básica  
no Domicílio para Pessoas  
com Deficiência e Idosas



## Serviço de Atendimento no domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência

Formulário para encaminhamento técnico para atendimento efetuado pela equipe de referência do Serviço de Atendimento no domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência

 [servicodomiciliodpsb@jundiai.sp.gov.br](mailto:servicodomiciliodpsb@jundiai.sp.gov.br) (não compartilhado) 

[Alternar conta](#)

\*Obrigatório

Nome completo \*

Sua resposta

Data de Nascimento \*

## Equipe técnica



Juliana Paz  
Assistente Social



Ângelo Celante  
Psicólogo



Andréa Guelfe  
Orientadora Social



Levi Fonseca  
Orientador Social

- Inicialmente a equipe técnica permanecerá no espaço físico localizado no CRAS Central.

## O Serviço

- Contrato n° 80/2022, via pregão eletrônico n ° 45/2022, com a empresa M.R.S. DA SILVA & CIA LTDA EPP (ACTA Treinamento e Desenvolvimento Ltda.)
- Início do serviço: 01/09/2022
- Prazo de vigência: 12 meses, prorrogável a critério da Administração até o limite legal (60 meses).
- Valor para 12 meses: R\$ 237.840,00 (duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta reais)

## O Serviço

- O trabalho realizado deverá ser sistematizado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU, instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas.
- No PDU serão identificados os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e potencialidades do usuário.
- Instrumental em construção pela equipe da empresa e técnicos da Proteção Social Básica.
- O monitoramento do Serviço se dará por relatório técnico mensal e acompanhamento das atividades executadas pelo Departamento de Proteção Social Básica.

Segue os comentários que a Diretora de Proteção Social Renata B. Stoqui fez mediante a apresentação: " *Esse serviço é tipificado na Proteção Social Básica, Serviço, O serviço de proteção social no domicílio para pessoas com deficiências e idosas. Serviço que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais. Visa a garantia de direitos desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social e para ação de oportunidades, participação e desenvolvimento da autonomia prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento. Desenvolve ações de fortalecimento do núcleo familiar. Lembrando que ele está na proteção social básica, então deve contribuir com a promoção do acesso ao serviço de convivência a toda a rede social assistencial e os demais serviços das outras políticas públicas, Então este serviço vai de encontro das pessoas no seu território de moradia Então quem vai encaminhar os casos são as equipes dos CRAS. E a equipe do CRAS vai fazer os devidos encaminhamentos internos, Se for da rede intersetorial encaminhar para o GTI, e o GTI vai fazer os encaminhamentos internos dentro das unidades. A equipe está conhecendo os diversos serviços da UGADS*". Após as considerações pergunta se alguém tem alguma dúvida. A Conselheira Iracilda Rodrigues de Souza pergunta como a equipe foi montada através de chamamento,



pregão ou está representada por alguma Organização da Sociedade Civil. A Renata Stoqui coloca que foi o procedimento pregão, não sabe responder o porque do processo de compras. O Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues coloca que essa questão que a Conselheira Iracilda Rodrigues de Souza o que trouxe, vai de encontro, assim por conta de uma todos os serviços que historicamente estão sendo executados pela administração. Que tem toda uma questão de prestação de contas, tem registro no CMAS, tem registros em outros conselhos Então quando é questão do chamamento, tem respaldo de quem participa, as questões burocráticas que são pertinentes. Não tanto mas uma garantia de uma qualidade para o serviço e tudo mais quanto se faz uma compra assim de um serviço e é uma empresa. Compartilho essa preocupação. Como que vai ser feito a questão do monitoramento, vai ser feito pela Proteção Social Básica, quando é através de chamamento tem o terceiro setor que faz o acompanhamento, as visitas, recebem as prestações de conta e caso algo der errado, vamos dizer assim, a administração ela tem a prerrogativa de suspender registro no conselho, ter toda uma questão de devolução de recursos sempre estão acompanhando. Tem que tratar isso de uma forma séria assim, por ser recurso público Por que foi escolhido o pregão e não chamamento? O Diretor de Proteção Social Especial Luiz Guilherme Fushini Camargo, explica: ocasião eu conversei um pouco com a Ex Diretora de Proteção Social Básica Cássia Carpi a respeito desse edital, que na verdade não é edital, é um termo de referência que depois vira uma licitação. Na ocasião existia um recurso, era um recurso que se tinha uma certa serenidade em fazer o gasto. pela termo de referenciamento .E se fosse fazer um termo um chamamento público na ocasião estava conduzindo uma série de outros chamamentos, em paralelo, então a equipe do terceiro setor não iria conseguir tocar esse outro chamamento. Não se tinha o termo de referência preparado para o processo diante disso optou-se pela estratégia de fazer inicialmente esse contrato dessa maneira, via processo de licitação executando em doze meses; e vai avaliando, como ele está caminhando. Nosso propósito é sempre trazer para chamamento público, então passar para um relacionamento político num segundo momento mais ou menos um pouco, como é que a gente acaba fazendo com recursos que vem através de Fomento que é executado, como projeto de 12 meses e aí depois tem a possibilidade de transformar em política publica. A Diretora de Proteção Social Básica Renata B. Stoqui coloca que foi muito bom ouvir as explicações diz estar acompanhando muito de perto conversando internamente alguns ajustes que poderá ser feito. A equipe é uma equipe que tem um pouco de experiência. A questão do monitoramento diz que estará muito próxima. Diz ainda que num período de três meses voltar

para fazer a apresentação de como o serviço está se desenvolvendo. A Conselheira Iracilda Rodrigues de Souza diz não consegue entender quem é que responde por essa equipe é a proteção social básica? O Diretor de Proteção Social Especial Luiz Guilherme Fushini Camargo coloca que nesse caso que a empresa é regulada pela Lei 8666 quando executa contratação de serviço através de processo de licitatório. A Diretora de Proteção Social Básica Renata B. Stoqui diz que a empresa contratada foi a ACTA, diz ser conhecida, desenvolve treinamento . É uma empresa que presta serviços através dos Cadastradores do CADÚNICO. O Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues esclarece que o Conselho não está questionando a qualidade da equipe, nem da empresa . Esta trazendo estes questionamentos pois é um serviço tipificado que está sendo com uma forma de contratação nova, pois não é comum é são contratações não por chamamento, então assim em momento nenhum estamos questionando a qualidade da equipe, assim todos sejam bem vindos a rede. Vamos ajudar no que for possível. A Diretora de Proteção Social Básica Renata B. Stoqui diz que quando fala da qualidade da equipe é com satisfação, que é uma equipe que está gostando do que está fazendo. E uma equipe que está vindo com força, com gás, com uma certa experiência. O Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues faz uma pergunta para os colegas conselheiros Por exemplo quando é uma OSC que eventualmente deixa de executar algum serviço, O Conselho tem meios de intervir nessa situação com a suspensão ou cancelamento do registro? E quando é uma empresa contratada qual é o procedimento caso ocorra uma situação desse tipo? O Diretor de Proteção Social Especial Luiz Guilherme Fushini Camargo responde: quando a empresa que foi contratada para execução de um serviço ou não executa, é penalizada. A empresa não pode mais participar de processos licitatórios. É uma penalização administrativa e ela depende da falta cometida pela empresa , essa penalização varia de ter um tempo, diz ainda, que não chegou a ver casos , mas é penalização que acaba acontecendo com a empresa. A Diretora de Proteção Social Básica Renata B. Stoqui explica que tem conversado com o coordenador responsável pelo setor de compras. A empresa tem que fornecer relatórios mensais Então, por exemplo se não atende ou se não cumpre algumas metas o repasse pode não ser total, então tem minimamente esse acompanhamento. O Presidente do Conselho Rodrigo Pierobon Rodrigues coloca: que uma coisa interessante é que esse serviço de visita no domicilio ele vai ser uma fonte de encaminhamentos para o serviço de convivência. Então é importante os serviços tentar se aproximar as equipes do serviço de convivência com o serviço de visita domiciliar esclarece que os SCFV precisam de encaminhamentos de idosos,

crianças e adolescentes . Pergunta ainda qual que é a meta de atendimento, e o mínimo. A Diretora de Proteção Social Básica Renata B. Stoqui responde que tem no contrato é de até 120 visitas mensais. Não tem mínimo de visitas, pelo menos o trabalho essencialmente é de visita domiciliar. Reforça que está desenhando todos os protocolos, estão no momento de construção e em numa próxima apresentação vai ser muito mais detalhado. A Conselheira e Técnica Raquel Bellodi Crepaldi, Analista de Gestão da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social, coloca que é um serviço novo. Então tem todo um trabalho que precisa ser desenvolvido, como que as equipes vão se comportar perante esse serviço. Tem uma certa tranquilidade, quando acontece através de chamamento as OSCs vem mais preparada. E a Renata está pegando tudo meio que andando e tendo que correr atrás de muita coisa. Tem toda essa questão pós pandêmico Acha que precisa ficar bastante definido da ordem da questão da gestão é se o contrato não der certo, ele pode ser suspenso a qualquer momento. Após as considerações e não tendo mais questionamentos segue para **o item de pauta 1.2 – Deliberar Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre**. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi, Analista de Gestão da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social apresenta através dos slides como segue abaixo:

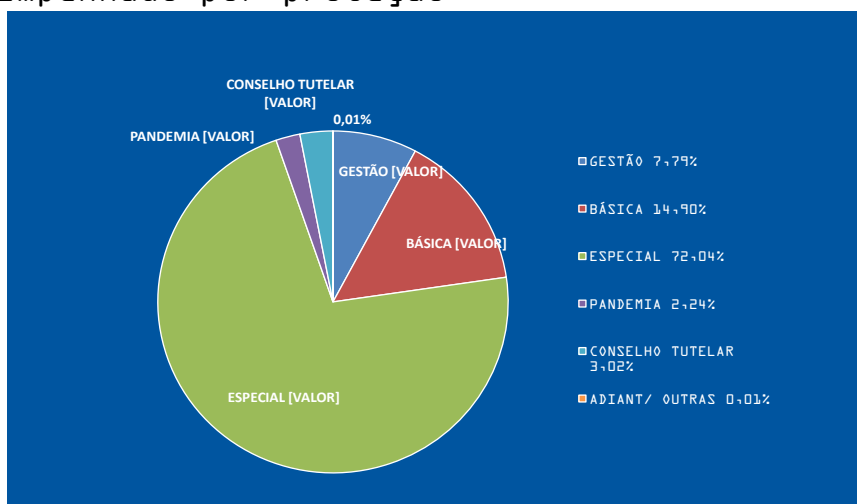
## Orçamento 2022

```
Total Orçado UGADS:      R$ 47.606.100,00
      Recursos Municipais 91%:
          R$ 43.288.800,00
      Recursos Estaduais c/ Juventude Itinerante 1%:
          R$ 444.700,00
      Recursos Federais 6,45%:
          R$ 3.069.600,00
          FMDCA:
          R$ 500.000,00
          FUMDIPI:
          R$ 303.000,00
```

10

Trimestre/22

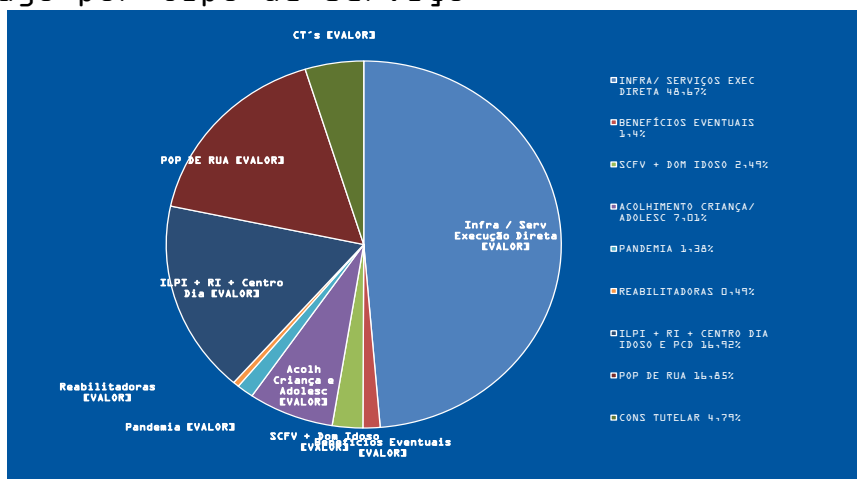
### Empenhado por proteção:



10

Trimestre/22

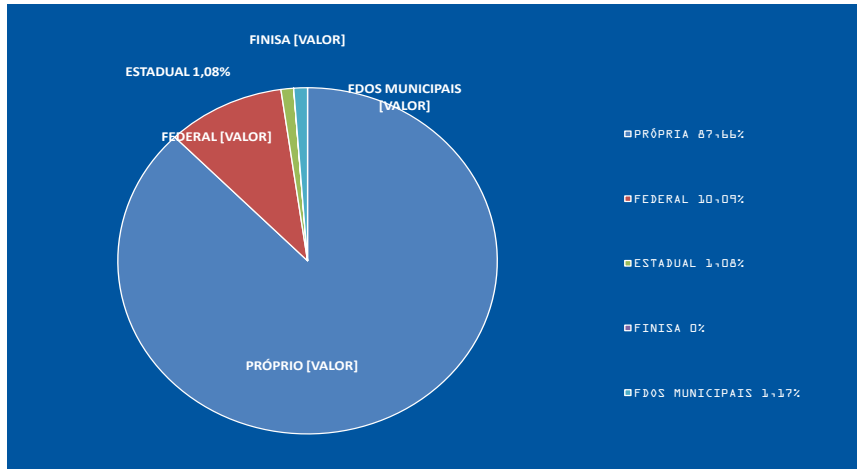
### Pago por tipo de serviço:



10

Trimestre/22

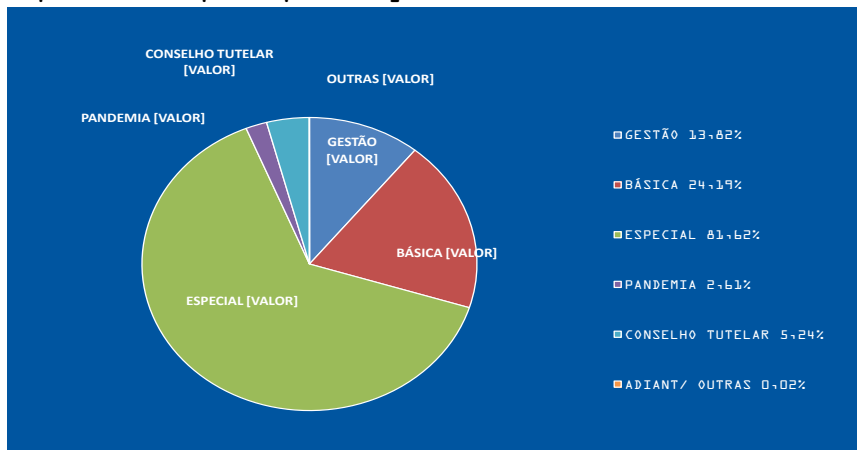
Pago por tipo de recurso:



20

Trimestre/22

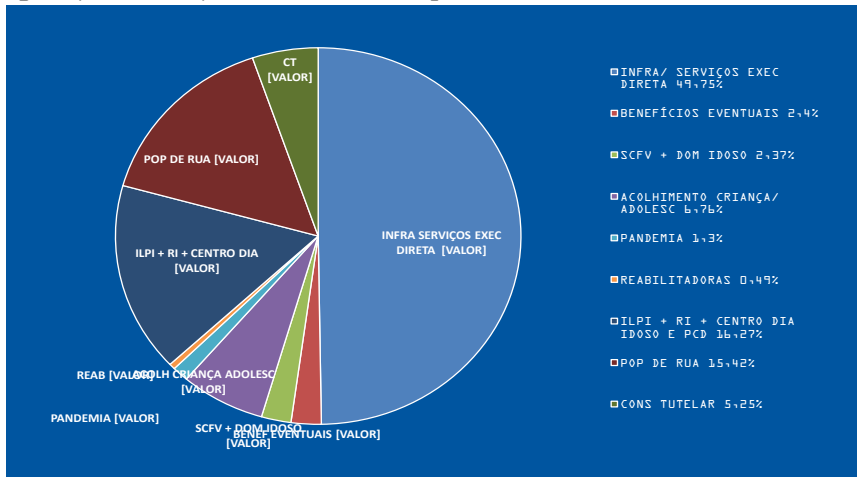
Empenhado por proteção:



20

Trimestre/22

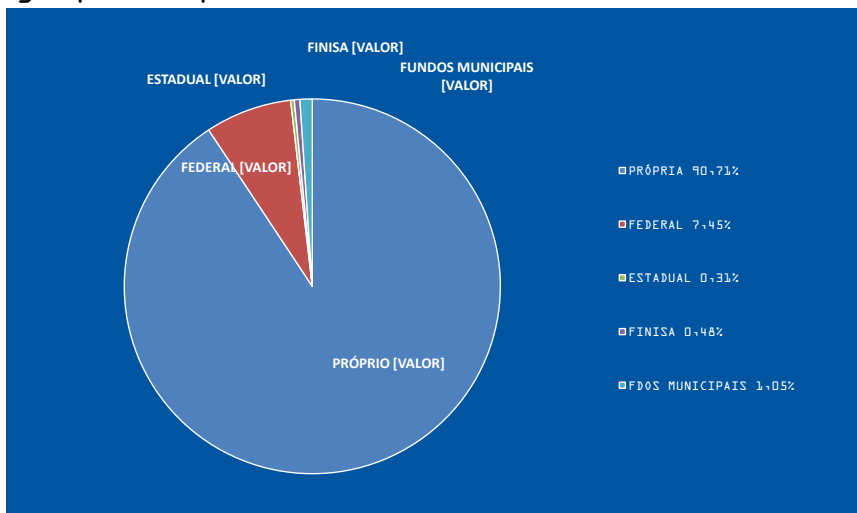
### Pago por tipo de serviço:



20

Trimestre/22

### Pago por tipo de recurso:



## Dos Serviços

Execução até 2º trimestre

7943	Cestas Básicas entregues
54	Auxílio vulnerabilidade concedido
120	Auxílio natalidade concedido
4	Auxílio funeral concedido
726	Famílias atendidas Criança Feliz
100	Idosos acolhidos - ILPI/ República/ Cestas Básicas
09	Acolhidas Casa Sol

## Dos Serviços

Execução até 2º trimestre

10	Acolhidos Residência Inclusiva
02	Crianças acolhidas - Família Acolhedora
3264	Atendimentos CREAS
11705	Atendimentos CRAS
3371	Atendimentos Cadastro Único
15755	Atendimentos Centro Pop / Abordagem
121	Acolhimento Abrigo Pop

A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi, Analista de Gestão da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social, explicou slides por slides. Faz os seguintes comentários: O orçamento de 2022 de 47 milhões e 600 sendo que 91% são recursos municipais; os recursos Federais tem reduzido ano a ano. O Fundo da criança e o do idoso também fazem parte do orçamento; o recurso Estadual continua sendo pouco, no primeiro trimestre teve um empenhamento. Das despesas grande parte se refere a proteção especial isso se deve tem bastante valor dos termos de parceria e de faz um empenhamento praticamente total deles no início do ano. Falando dos recursos estaduais o estado, tem reagido recebemos recursos para benefícios eventuais. Entendem que cesta básica não é um benefício eventual. Fala também sobre as emendas parlamentares entra como se fosse um valor para Assistência, e isso prejudica o serviço de uma maneira geral, pelo menos aos meus olhos, porque não consegue se ter uma previsibilidade dos repasses e acaba contando preferencialmente com os recursos municipais e entramos na disputa com outros tantos serviços, que precisam ser custeados pelo Município, porque as emendas elas vêm destinadas para as OSCs, mas ela acaba gerando bastante trabalho, porque quando a Emenda para aquisição de itens assim o nosso setor de compras ele vai trabalhar para adquirir esses itens. O processo é moroso nem sempre as licitações dão certo. O Rodrigo Pierobon Rodrigues faz uma pergunta: nesse slide que esta parado em tela os atendimentos do CRAS 110705 quais são esses atendimentos. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi I são todos os atendimentos que eles fazem tanto técnico como de informações. Continua falando das emendas da dificuldade das licitações quando não aparece ninguém querendo vender, então começa a um retrabalho, e por conta disso e aquilo que se não deu conta de comprar porque o dinheiro não deu a gente tem que executar e colocar o recurso Municipal. Então é algo que está bastante complicado esse olhar do governo Federal e sabemos que para 2023 eles diminuíram o dinheiro da Assistência e aumentaram dinheiro das emendas, Após as explicações o Presidente do CMAS Rodrigo Pierobon Rodrigues coloca para aprovação a **prestação de contas do 1º e 2º trimestre**, que foi aprovada por unanimidade. Passando para **o item e pauta 1.3 - Deliberar o Orçamento do ano de 2023**. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi, Analista de Gestão da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social apresenta em forma de slides o orçamento da Assistência para o ano de 2023, como segue: Lei Orçamentária Anual 2023:



## Orçamento 2023

Total Orçado UGADS: 60.120.000,00 (> 20%)

### *Recursos Municipais:*

*R\$ 55.243.000,00*

### *Recursos Estaduais:*

*R\$ 561.000,00*

### *Recursos Federais:*

*R\$ 3.316.000,00*

#### *FMDCA:*

*R\$ 500.000,00*

#### *FUMDIPI:*

*R\$ 500.000,00*

## Orçamento 2023

Recursos Municipais: R\$ 55.243.000,00

### **Tributárias:**

Impostos (IPTU, ITR, ITBI e ISS); Taxas (sobre serviços públicos); Contribuição de melhoria, -decorrente de obras públicas.

**Contribuições:** Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

**Transferências constitucionais:** do Estado e da União – Fundo de Participação dos Municípios (% ICMS, IPVA, IPI, ITR).

**Patrimonial:** Pela exploração econômica do patrimônio público do município (bens móveis e imóveis), venda de bens móveis e imóveis, aluguéis.

**De serviços:** cobrança de tarifas sobre o transporte coletivo, mercados, feiras...

**Outras receitas:** Decorrentes de multas e outras penalidades administrativas

## Orçamento 2023

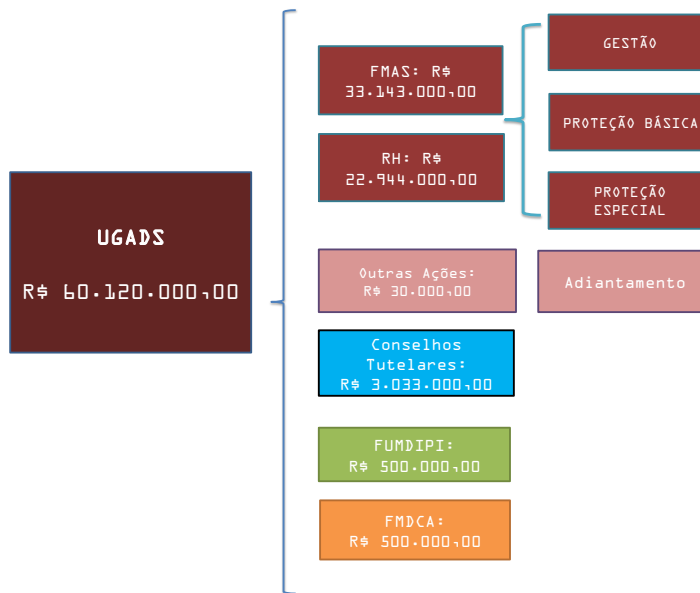
Recursos Estaduais R\$ 561.000,00

Fundo a Fundo Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais

Recursos Federais R\$ 3.033.000,00

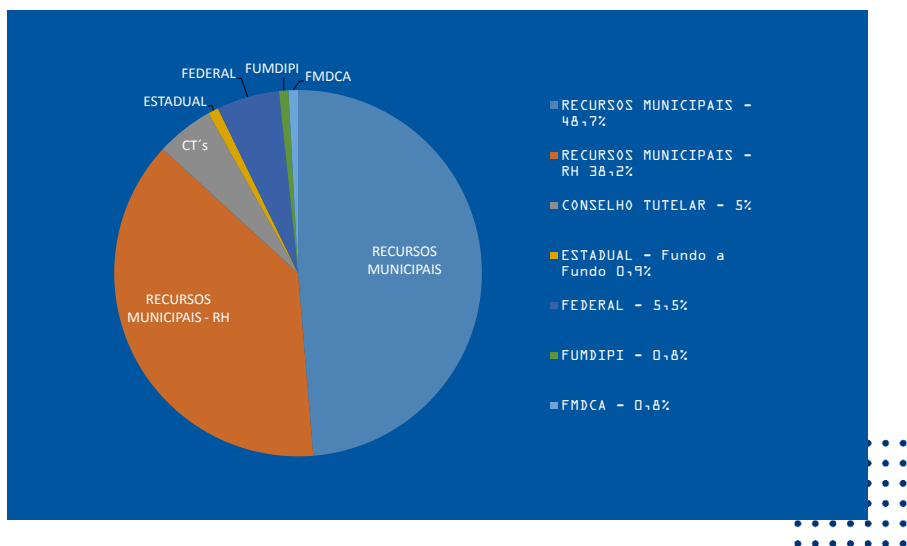
Fundo a Fundo: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, IGD-PBF, AE-PETI, Primeira Infância/ Criança Feliz

## Orçamento 2023



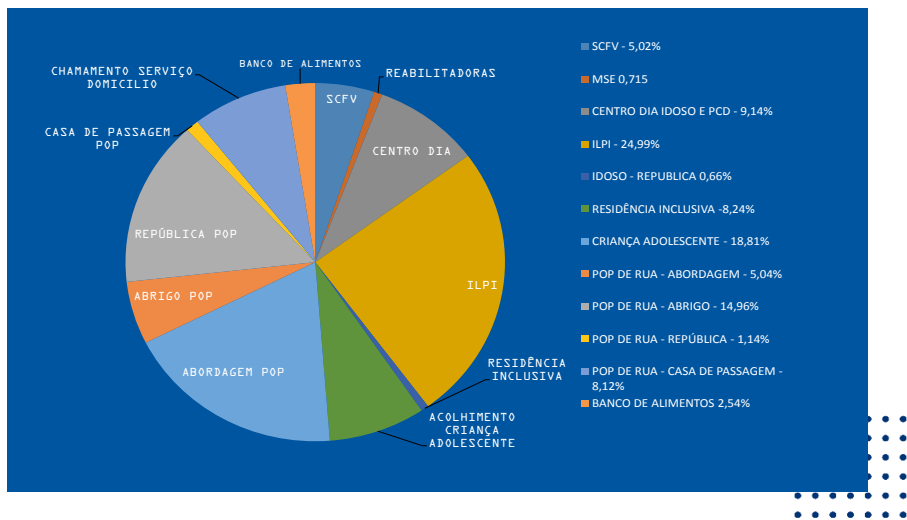
# LOA 2023

## Orçamento por tipo de



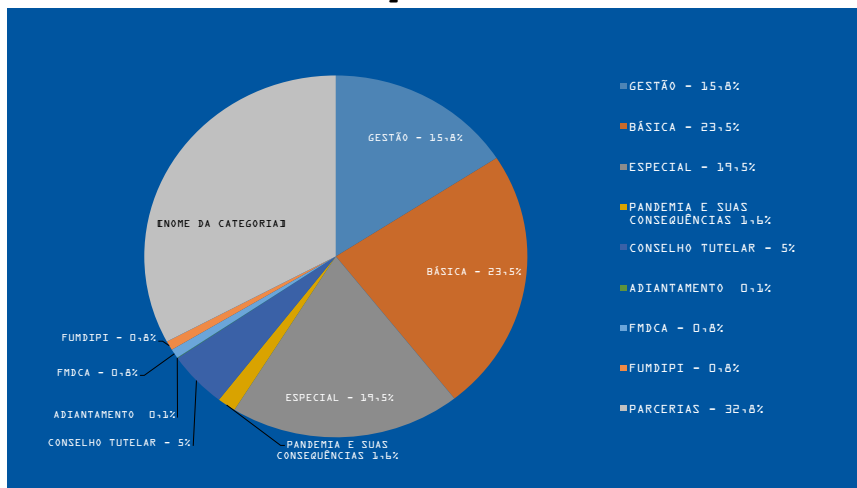
# LOA 2023

## Parcerias:



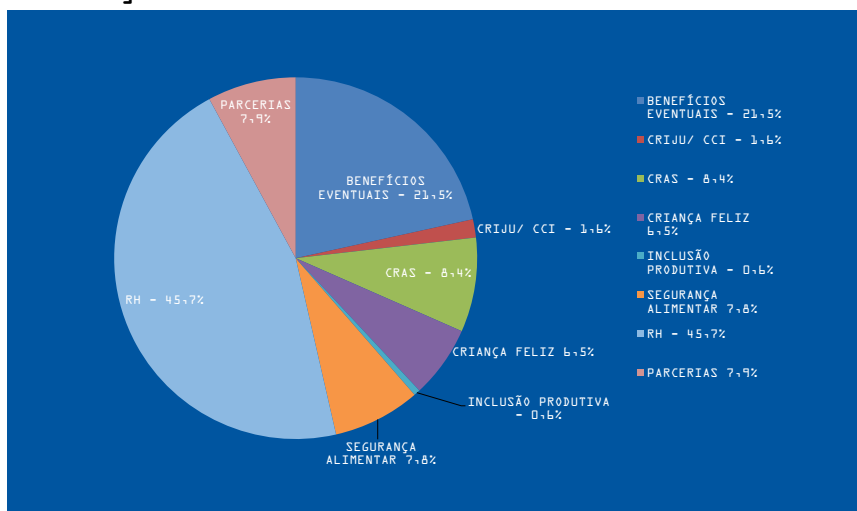
# LOA 2023

## Por Bloco de Execução



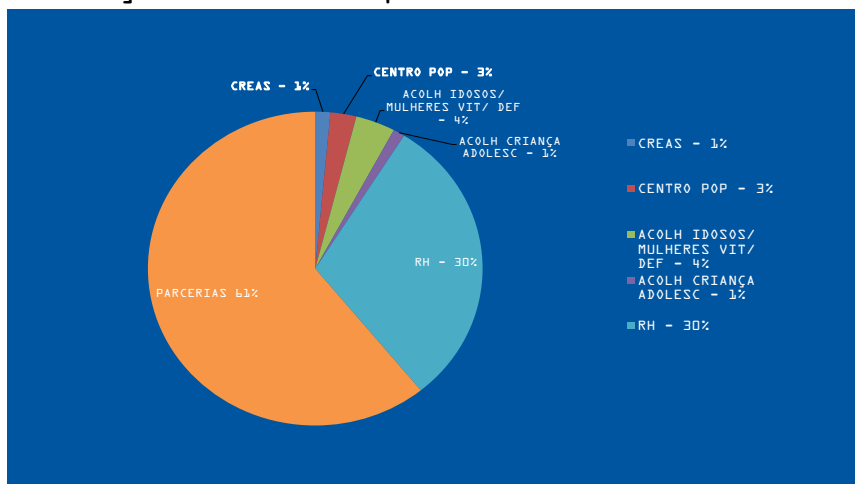
# LOA 2023

## Proteção Social Básica



## LOA 2023

### Proteção Social Especial



## LOA 2023

### Novidades na LOA 2023

- Cartão alimentação - substituição das cestas básicas
- Banco de alimentos
- Ampliação de vagas SAICAS
- Contratação de recepção de CRAS e CREAS;
- Reajustes OSC's (INPC)

A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi, comenta: que a UGADS teve um incremento no orçamento de 2023 da ordem de 20% . Sabemos que não é suficiente para fazer tudo o que a Gestão pretende. Acha que a UGADS tem avançado e o município tem tido esse olhar para Assistência, o Estado também reagiu um pouco, então contamos com a previsão por do recurso dos benefícios eventuais ele ainda não é de uma maneira não é suficiente. Os recursos Federais fazemos uma estimativa otimista. O Conselheiro Luiz Guilherme Fushini Camargo coloca: Raquel com relação ao recurso Federal eu lembro que você aponta que assim às vezes ele fica um período longo sem chegar e de repente cai todo o dinheiro de uma só vez. Não sei se aplica exatamente a esses 3 milhões e 316 em média, essa é uma questão e a outra é dentro desses 3 milhões e 316, a gente inclui por exemplo aqueles recursos que deveriam ser os repasses mensais feitos aos serviços tipificados que estão registrados no próprio Ministério da Cidadania. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi responde: sim, são os recursos que eles deveriam repassar de maneira integral sem considerar todas as portarias que eles inventam, não tem outra palavra, precisamos ter saldo e eles precisam repassar o repasse na integralidade para também conseguirmos fazer o repasse para as OSCs Então o Município faz a previsão tentando ser otimista mesmo porque, se por exemplo, a gente vai lançar uma licitação e não tem o recurso todo e não consegue lançar, então sempre faz um estudo. Continua explicando os demais slides. O Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues pergunta: está previsto a contratação do pessoal, chamar o pessoal do concurso para o ano que vem. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi diz que a parte de RH não se consegue mexer, quem faz é Finanças, dinheiro está no orçamento da UGADS, mas tudo é por Finanças. O Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues pergunta ainda: mas naqueles 23 milhões já está previstos para o ano que vem para RH a ampliação das equipes .A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi explica que a contratação é Finanças que faz. A Unidade de Gestão faz os pedidos de contratação de pessoal e ficamos no aguardo, sugere que o CMAS pode se manifestar a esse respeito pedindo urgência nas contratações. O Diretor de Proteção Social Básica Luiz Guilherme Fushini Camargo também fala sobre o cartão alimentação: Do ponto de vista de uma discussão que fizemos, bastante grande aqui dentro primeiro que a gente vai começar a não definir o que as pessoas acessam o comem. Diferente da cesta básica que é entregue

e a pessoa tava restrita a consumir aquilo que era entregue na cesta básica, esse cartão permite que a pessoa realize a compra seja da proteína, seja de produto de limpeza, material de higiene e pessoal. Enfim aquilo que ela compreender a necessidade é que ela tiver. Salvo, também se livramos da situação de armazenamento, da questão de prazos de validade que muitas vezes dentro de uma mesma cesta básica, tem produtos que o prazo de validade são absolutamente longos e outros que são muito curtos e aquele produto muito curto vence. Então a gente tem um ganho muito grande com os cartões vão poder ser gastos, no comércio local, então também é uma forma de trazer o dinheiro para dentro ao invés de simplesmente pagar para uma grande empresa por um número de comprar de cesta básica, aquece o comércio local, mantém o dinheiro circulando dentro da cidade e traz uma dignidade maior no sentido de que a pessoa é definidora daquilo que ela vai querer consumir. A Conselheira Elaine Cristina dos Santos Florencio Cavalcante perguntar o início disso da implantação desses cartões alimentação será no ano que janeiro ou fevereiro. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi responde que: depende da licitação na verdade, sabemos que vai haver um período de transição, não vai conseguir implementar e cessar o fornecimento das cestas em produtos, mas a ideia que seja logo, mas depende da questão de como que vai se dar o processo licitatório. Explica que o valor do cartão alimentação é de 200 reais, a ideia é que tenha recarga de três meses, porque é um Benefício eventual, depois deste período passa por um processo de nova avaliação social. A Conselheira Anelise Alves de Lima pergunta sobre o banco de alimentos. A Técnica Raquel Bellodi Crepaldi coloca a questão do banco de alimentos a proposta é que a gente consiga executar um chamamento. Para a execução do serviço, acho que a Maria entrou e pode falar um pouco sobre. A Gestora da UGADS Maria Brant coloca: sobre o banco de alimentos, estávamos trabalhando com ele na entrega de cestas verdes, até, eu acho, que o ano passado. Mas o nosso Impacto era muito pequeno pensando na potência que um Banco de Alimentos na cidade de Jundiá poderia ter então, suspendeu-se as atividades da cesta verde, para que pudéssemos de fato bancar uma Política de Segurança Alimentar no município e que pudesse ter um banco de alimentos como precisamos. Então a ideia é dar um salto no de o número de famílias contempladas, o número as toneladas trabalhadas semanalmente no banco de alimentos, então para isso

estamos num processo de planejamento. Será lançado um chamamento público até o final do ano para o banco de alimentos e começar então a operacionalizar provavelmente no meio do primeiro semestre de 2023, A UGADS assumindo esse banco de alimentos, passa a assumir a operação da cozinha da FUMAS, então a cozinha da FUMAS é hoje que faz a sopa, programa de suplementação alimentar ele passa entrar tudo dentro de uma Política de Segurança Alimentar é então será um grande banco de alimentos dentro de uma Política. Atendendo 500 famílias mês. A Conselheira Anelise Alves de Lima pergunta se terá trabalho de educação alimentar conjunto. A Gestora da UGADS Maria Brant coloca: A idéia é que o trabalho do banco de alimentos, ele continua com a metodologia que ele sempre pregou que é um trabalho de segurança alimentar, que é um trabalho com grupos prioritariamente é com famílias do criança feliz e conforme for rodando a gente está, pensando numa metodologia de trabalho em grupo com as cestas verdes um plano de sete encontros. Então tudo isso está sendo planejado. A Conselheira Anelise Alves de Lima pergunta: terá prazo de participação. A Gestora da UGADS Maria Brant esclarece: terá prazo de participação sim, começo meio e fim para podermos ir rodando e conseguindo contemplar um maior número possível de famílias. O Presidente do CMAS Rodrigo Pierobon Rodrigues pergunta se os presentes teriam mais algum questionamento, não havendo manifestação coloca em aprovação o **Orçamento para o ano de 2023**, que foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o **item de pauta 1.4 - Aprovar o recebimento do recurso de R\$ 200.000,00 do Ministério da Cidadania para execução do Programa Alimenta Brasil na modalidade compra com doação simultânea**. Apresentado pelo Assessor e também Conselheiro Bruno Moralles Vechiato. Recebemos recentemente a disponibilização de um recurso do governo Federal, do Ministério da Cidadania de 200 mil reais. Esse é o recurso que ele vem para execução do Programa Alimenta Brasil no município. É um programa de aquisição de alimentos, que busca fazer a compra f do Produtor Familiar, do Produtor local e disponibilizar esses alimentos para suprir as demandas locais de suplementação alimentar. Temos em Jundiá de um programa muito parecido, que são as sacolas verdes que temos entregue para as famílias beneficiadas do programa criança feliz, essa sacolas verdes, elas seguem o programa de aquisição de alimentos que é um programa do Estado, mas tem uma premissa bem parecida que essa do o



estado, paga os agricultores familiares para os agricultores locais e esse agricultores eles fornecem essas é por isso que é uma modalidade de compra com doação simultânea. Então esse recurso não é um recurso que ele vai vir para o nosso Fundo, é um recurso que será desembolsado pelo próprio governo Federal direto para os agricultores, mas é muito importante que essa proposta seja apreciada pelo CMAS, porque como esse recurso Federal é nos disponibilizado através do Ministério da Cidadania, então precisamos até mesmo indicar a representação da sociedade civil do Conselho de Assistência Social. Então são 200 mil reais é para execução até julho de 2023 e a idéia é um projeto sacolas verdes destinadas para as famílias do programa criança feliz A idéia agora é com esses 200 mil reais dar continuidade nas sacolas verdes ou até mesmo utilizar esse recurso no banco de alimentos, para o abastecimento no banco de alimentos caso tenha retornado antes de julho de 2023. Após a apresentação o Presidente Rodrigo Pierobon Rodrigues pergunta se os Conselheiros e ouvintes presentes teriam algum questionamento, não havendo coloca para a provação o **Programa Alimenta Brasil na modalidade compra com doação simultânea**, aprovado. Passando para o **item de pauta 03 -Informações sobre a adesão do Município ao Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares( LUPPA)**. Apresentado pela estagiária Clara Cerione Canellato como segue: Eu sou a Clara eu sou estudante de Ciência Sociais e estagiaria do Departamento de Planejamento e Gestão e Finanças da UGADS. O LUPPA surgiu como uma sugestão do Diretor do Departamento. O LUPPA é vinculado ao Instituto Comida do Amanhã que é o Instituto que se preocupa em entender o sistemas alimentares dos brasileiros, compreende por sistemas alimentares tudo que envolve alimentação, desde a distribuição desses alimentos até o cultivo desses alimentos e a principal fala desse laboratório e desse Instituto é que esses sistemas alimentares são a principal fonte de mudança climática ambiental e social nos próximos últimos anos. Então eles vem com esse tema como a oportunidade de mudanças e transformações como os sistemas alimentares são uma coisa muito ampla, desde a distribuição até o cultivo até a logística que envolve o processo, a área que precisa ser mobilizada, para que isso aconteça de uma transformação, é também intersetorial é muito complexa. Para adesão desse programa precisamos preencher um formulário junto com outras unidades de gestão, A UGADS

é a principal que aderiu ao LUPPA, mas também estão com a gente as Unidade de Governo e Finanças a do meio ambiente e planejamento urbano e a de agronegócio e abastecimento e turismo. Preencheu um formulário intersetorialmente com os dados de todas as unidades de gestão e indicamos pontos locais dessas unidades de gestão, então toda articulação que o LUPPA vai promover que é pensar sobre os sistemas alimentares em Jundiaí, vai ser feito intersetorialmente todas as reuniões vão contar com as participações dessas pessoas. Então o LUPPA vai ser principalmente para fortalecer o contato das diferentes unidades de gestão. Diz ainda que LUPPA terminaram no ano passado a primeira edição e tem bastante conteúdo, produziram um manual de orientações técnicas com os principais conhecimentos adquiridos da primeira edição. O link se quiserem conhecer melhor: <https://www.laboratoriolupp.com.br/>. O Bruno Moralles Vechiato coloca que acha importante ressaltar que a assinatura desse compromisso, a adesão da rede é também é importante passo para a começar a falar de segurança alimentar não só como uma questão de Assistência Social mas sim como uma questão transversal que passa em todas as Políticas, isso é muito importante para que a Política de Segurança Alimentar não fique só! centralizada na UGADS e que a consigamos o apoio das outras unidades nessa execução. Coloca ainda, que adesão ao LUPPA não tem custo, tem vários benefícios de estar participando dessa rede e o principal dele é que se consegue uma consultoria para estar executando a nossa Política Municipal de Segurança Alimentar. Seguindo para o **item de pauta 04 – Informes Gerais. 01** - A Gestora das UGADS Maria Brant: enfatiza que o convite para I MÊS SUAS; a princípio se imaginou que não teria espaço físico, mas tem, portanto, eu estamos abrindo participação para outros participantes que queiram estar presencialmente no MÊS SUAS, ainda tem mais três sextas-feiras. Deixa o convite para aqueles que quiserem estar presencialmente que tem dificuldade em acompanhar pelo link, que possam estar presencialmente nas últimas manhãs das sextas-feiras das 8:00 ao meio dia. E o período da tarde é um período de grupo de trabalho mais interno das equipes. Nada havendo mais a tratar, o Presidente Sr. Rodrigo Pierobon Rodrigues encerra a presente reunião agradecendo mais uma vez a presença de todos. Eu, Sonia Maria Ferraz, Assistente Social e “secretária ad hoc” \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata que, depois

de aprovada pela Plenária, segue para assinatura do Presidente e demais Conselheiros participantes.

**Rodrigo Pierobon Rodrigues**  
**Presidente do CMAS – Jundiá**

**Conselheiros Presentes:**

Ana Paula Marin \_\_\_\_\_

Anelise Alves de Lima \_\_\_\_\_

Bruno Moralles Vechiato \_\_\_\_\_

Eda Aparecida Selicani Morikuni \_\_\_\_\_

Elaine Cristina dos Santos Florencio Cavalcante \_\_\_\_\_

Franciellem Telles Camargo \_\_\_\_\_

Francisca Marques de Almeida \_\_\_\_\_

Iracilda Rodrigues de Souza \_\_\_\_\_

Joyce Rodrigues de Mota Iole \_\_\_\_\_

Luiz Guilherme Fushini Camargo \_\_\_\_\_

Marina Gonçalves Neto \_\_\_\_\_

Marli Brilha Cremones da Silva \_\_\_\_\_

Raquel Bellodi Crepaldi \_\_\_\_\_

Wilson Henrique Silva da Conceição \_\_\_\_\_

Maria Brant de Carvalho Falcão \_\_\_\_\_

